



Conversando sobre fundamentalismos religiosos e seus impactos nos direitos das mulheres

Talking about religious fundamentalisms and their impacts on women's rights

Tatiane dos Santos Duarte*

Luci Mari Castro Leite Jorge**

María de Los Angeles Roberto***

Vanessa Carvalho de Mello****

Resumo: A presente proposta aborda como os fundamentalismos religiosos veiculados por setores religiosos nos espaços políticos têm impactado a agenda de direitos das mulheres, não apenas os sexuais e reprodutivos, mas, ainda, os que versam sobre enfrentamento à violência e à garantia de vida digna para todas nós. Mesmo em um cenário social de crescentes violências contra as mulheres, igrejas, líderes e grupos fundamentalistas seguem omitindo ou negligenciando as violências sofridas pelas mulheres se furtando a discutir temas e conceitos (como o feminicídio e o conceito de gênero) fazendo parte, assim, da perpetuação histórica da desigualdade de gênero nos espaços religiosos e fora deles.

Palavras-chave: Fundamentalismos religiosos. Direito das mulheres. Desigualdades de gênero.

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Representante da Sociedade Civil no Comitê da Diversidade Religiosa do Distrito Federal/CDDR (2017-2019; 2019-2021). Assessora da Rede Ecumênica da Juventude/REJU. Integrante do Movimento Espiritualidades em Ação. E-mail: tatianedosantosduarte@gmail.com

** Mestre em Docência Universitária pela UTN (Universidade Tecnológica Nacional em B. Aires), Especialista em Direito Ambiental e Constitucional pela UFRGS, Bacharel em Direito pela UNIRITTER/Canoas. Membro da Igreja Metodista do Bairro Niterói em Canoas/RS, Representante da Marcha Mundial das Mulheres em Canoas/RS, Coordenadora do GT Mulher do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ASSUFRGS. E-mail: lucimarijorge@gmail.com

*** Professora em Letra, Diplomada en Prevención de la Trata de Personas, Magister en Sagradas Escrituras, Iglesia Evangélica Metodista Argentina, TEPALI (Teólogas, Pastoras, Activistas y Lideresas). E-mail: mrobertoarloud@gmail.com

****Doutoranda em Teologia pela PUC PR (2020), mestra em Psicologia Social/Intervenção Social e Comunitária pela Universidade Pública de Málaga (2014), pós-graduada em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Londrina (2007). É responsável pelo Núcleo de Apoio ao Discente da Faculdade Teológica Sul-Americana, docente e pesquisadora do grupo de pesquisa "Religiosidade e Processos de Subjetivação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice coordenadora Nacional da EIG, coletivo que atua no âmbito da violência contra a mulher. E-mail: vanessacmcp@gmail.com



Abstract: This proposal addresses how religious fundamentalisms conveyed by religious sectors in political spaces have impacted an agenda of women's rights, not only sexual and reproductive rights but also those dealing with confronting violence and guaranteeing a decent life for all we. Even in a social scenario of increasing violence against women, churches, leaders, and fundamentalist groups traversed omitting or neglecting the violence suffered by women, refraining from discussing themes and concepts (such as femicide and the concept of gender) thus perpetuating the historical part of gender inequality in and for religious spaces.

Keywords: Religious fundamentalisms. Women's rights. Gender inequalities.

Introdução

Esse artigo é fruto da proposta de oficina que buscou discutir como os fundamentalismos religiosos veiculados por setores religiosos nos espaços políticos têm impactado a agenda de direitos das mulheres, não apenas os sexuais e reprodutivos, mas, ainda os que versam sobre enfrentamento à violência e à garantia de vida digna para todas nós. Mesmo em um cenário social de crescentes violências contra as mulheres, igrejas, líderes e grupos fundamentalistas seguem omitindo ou negligenciando as violências sofridas pelas mulheres se furtando a discutir temas e conceitos (como o feminicídio e o conceito de gênero) fazendo parte, assim, da perpetuação histórica da desigualdade de gênero nos espaços religiosos e fora deles.

Para isso trabalhamos em dois momentos. No primeiro discutimos os impactos dos fundamentalismos religiosos na agenda em prol da legalização do aborto e como incidem nas respostas teológicas das igrejas a esse pleito dos movimentos de mulheres. E no segundo momento, discutimos os impactos desses fundamentalismos nos enfrentamentos às violências contra as mulheres. Objetivamos, portanto, refletir como as teologias patriarcais influenciam silenciamentos públicos de grupos religiosos fundamentalistas e como mulheres religiosas têm se organizado, alicerçadas pelas teologias e teorias feministas, em prol da instauração da justiça e da igualdade de gênero e da plena cidadania das mulheres.

Fundamentalismos religiosos – explicitando

Denomina-se "fundamentalismo religioso" a corrente que mantém uma interpretação literal de seus textos sagrados e aplica de forma estrita uma doutrina ou prática estabelecida por sua tradição. Considere este livro sagrado como a autoridade máxima, superior a qualquer outra autoridade, até mesmo as leis das sociedades democráticas. As religiões do livro são três, Judaísmo, baseado na Torá, Cristianismo, na Bíblia e Islã, no Alcorão. Todas as três são religiões monoteístas que possuem correntes ultraconservadoras em suas fileiras.

Neste primeiro momento, vamos nos concentrar no fundamentalismo evangélico. A direita protestante evangélica originou-se entre 1910 e 1915. Naquela época, Lyman Stewart, um milionário petrolero do sul da Califórnia, publicou 12 volumes intitulados *The Fundamentals*. É uma compilação de ensaios de teólogos que se opunham às ideias modernistas da época sobre as leituras críticas da Bíblia. A fé evangélica, a infalibilidade e a inerrância da Bíblia foram os modelos morais, sociais, coletivos e individuais a seguir propostos nesta coleção de ensaios. O pensamento de coletivos sociais religiosos inspirados por autores como Stewart considera os Estados Unidos como uma nação abençoada por Deus e não hesita em basear o crescimento econômico do país na adesão literal à Bíblia. Do início do século 20 até os dias atuais, esse fundamentalismo cresceu com a estigmatização dos inimigos demonizados.

A união entre política, moral e religião usa uma linguagem maniqueísta que divide a realidade entre o bem absoluto e o mal absoluto. Assim como Bush falava do “eixo do mal” em referência ao inimigo islâmico, os detratores do feminismo, as atuais defensoras da moral neoconservadora consideram o feminismo o eixo do mal e se veem como defensoras do bem e do mal, salvadores da moral e dos valores familiares. É colocado em termos de guerra. Eles se baseiam nesses princípios fundamentalistas protestantes evangélicos do início do século passado, que foram gradativamente radicalizados. Eles passaram de rejeitar a política porque ela lida com “as coisas deste mundo” para buscar uma influência dessa moralidade religiosa nos processos democráticos e seus resultados. Suas interpretações bíblicas são sustentadas em leituras descontextualizadas dos textos do Antigo Testamento sobre a conquista e defesa da terra prometida ou nos poucos versículos da Bíblia sobre homossexualidade ou sobre a submissão das mulheres aos homens, mas não estão interessados em Jesus que dá poder a mulheres judias de seu tempo, que eram cidadãs de segunda classe, sem direitos ou nomes.

Outro fenômeno relevante desse fundamentalismo evangélico, vinculado ao neoliberalismo dos anos noventa, é a “teologia da prosperidade”, defendida principalmente por milionários e pastores midiáticos e por organizações missionárias com forte influência religiosa, social e política. É o caso da Igreja Universal do Brasil ou de pastores como Cash Luna na Guatemala, que anunciam um “evangelho da prosperidade”. Eles chamam assim porque, de acordo com eles, Deus deseja que os crentes tenham saúde física, riqueza material e felicidade pessoal. Em troca, eles são apenas solicitados a confiar cegamente em seus pastores e dar mais do que eles têm. As campanhas eleitorais e sua semiótica abundam em referências ao fundamentalismo evangélico. Uma característica notável e inovadora neste confronto com o secularismo é o que o teólogo jesuíta Antonio Spadaro chama de “ecumenismo do ódio”:

Partindo dos valores do fundamentalismo, uma estranha forma de ecumenismo surpreendente está se desenvolvendo entre fundamentalistas evangélicos e católicos fundamentalistas, unidos pela mesma vontade de influência religiosa direta



na dimensão política. Em termos de atração de massa eleitoral, esses eleitores são definidos como eleitores de valor. O universo de convergência ecumênica entre setores que, paradoxalmente, são concorrentes em termos de filiação confessional, está bem definido. Esse encontro em torno de objetivos comuns se dá no campo de questões como o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a educação religiosa nas escolas e outras questões consideradas genericamente morais ou vinculadas a valores. Tanto os evangélicos quanto os católicos fundamentalistas condenam o ecumenismo tradicional e ainda promovem um ecumenismo de conflito que os une no sonho nostálgico de um estado com características teocráticas. Portanto, isso se traduz em um paradoxo, um 'ecumenismo de ódio'. A intolerância é sua marca celestial de purismo, o reducionismo é sua metodologia exegética e o ultraliteralismo é sua chave hermenêutica.¹

Este ecumenismo de ódio se reflete nas marchas contra o casamento igual ou o aborto, onde os *lobbies* da Igreja Católica e os evangélicos lotam as ruas porque têm mais práticas de rua, como as “Marchas por Jesus” ou “Contra a violência. Do aborto”. Eles identificam o feminismo como um inimigo através do conceito de “ideologia de gênero”. Para os fundamentalistas, as feministas são o eixo do mal. Eles têm uma grande quantidade de recursos econômicos vindos de empresas extrativistas como os promotores da teologia da prosperidade na América Central e no Brasil ou da oligarquia católica conservadora no Chile. Seus ataques não são dirigidos apenas aos direitos sexuais e (não) reprodutivos, mas a todos os direitos que as mulheres conquistam.

Bíblia e aborto

A pesquisa e a contribuição de estudiosas bíblicas e teólogas feministas neste contexto de direita e de fortalecimento do neoconservadorismo em nível internacional estão se tornando cada vez mais necessárias e urgentes. Vou compartilhar nesta oficina parte dos meus estudos sobre o aborto na Bíblia. Na Bíblia não se trata o problema do aborto, nem no antigo testamento, nem no novo. Há somente dois textos que mencionam a eficácia do aborto: no livro de Êxodo 21: 22 – 23 se descreve que uma mulher em consequência de estar no meio de uma briga entre seu marido e outro homem e ela for ferida resultando na perda da gravidez. O agressor deve pagar a multa a seu esposo. Lembramos que eram épocas da Lei do Talião Olho por olho dente por dente. O feto não se considerava um ser vivo, por isso não se castigava ao culpado com a Morte.

Em Números 5: 11 -34. Aqui é mencionado um aborto com rituais praticado pelo sacerdote. Se o marido tem ciúmes de sua mulher e não pode comprovar sua infidelidade porque não havia testemunhas. Praticava-se prova de fogo (juízo de Deus) que faziam a gestante tomar águas amargas (remédio amargo), forçava a mulher a tomar os rituais oferecidos em sacrifício ao altar (cadaverina), matéria orgânica morta. No templo havia rituais de animais mortos, eram sacrifícios diários e estas águas amargas estavam misturadas com a poeira do santuário. Se a mulher abortava

¹ SPADARO, Antonio; FIGUEROA, Marcelo. Evangelical fundamentalism and catholic integralism: a surprising ecumenism. *La Civiltà Cattolica*, 13 jul. 2017, [s. p.]. Disponível em: <http://www.laciviltacattolica.it/articolo/evangelical-fundamentalism-and-catholic-integralism-in-the-usa-a-surprising-ecumenism/>. Acesso em: 29 ago. 2021. (Tradução nossa).

depois que bebia essa mistura, consideravam que ela fora infiel ao marido e a castigavam por adultério. O agente que induzia o aborto era o sacerdote. A primeira conclusão é que em nenhuma página da Bíblia há condenação para o aborto, porque o aborto não era considerado pecado e nem crime.

Também não há momento determinado para indicar o começo da vida humana na Bíblia. O único texto do antigo testamento que se faz referência para o que hoje entendemos como embrião é o versículo 16 do Salmo 139. Se refere ao “gen.”, e um “*hapax legomenom*”, ou seja, uma palavra que só aparece uma vez dentro de um texto. Se refere a uma substância incompleta ou ainda informe ou imperfeita, que se traduz atualmente como feto ou embrião. Há uma dezena de versículos, em salmos, Jó e Isaias que aludem ao conhecimento de Deus sobre o ser humano desde o ventre materno. Mas nenhum se refere ao momento específico da humanização.

O argumento mais importante que descola dos fundamentalistas religiosos contra a despenalização e a legalização do aborto é do quinto mandamento, “não matarás”. Opinam que a vida humana se inicia no momento da concepção, por isso, consideram que o aborto é um assassinato que infringe o quinto mandamento. Mas esse quinto mandamento não era de aplicação universal. Poderiam matar estrangeiros e os que eram considerados inimigos do povo de Israel, bem como as mulheres adúlteras. De nenhuma maneira o mandamento se refere aos embriões. Ao gen. há mais de 100 textos no antigo testamento em que Deus manda matar as mulheres, meninas e meninos, jovens e adultos. E no Novo Testamento há três menções em que Deus castiga com morte crianças e adultos. O exemplo mais contundente é o de Jesus, seu próprio filho. A vinculação entre o quinto mandamento e o aborto é uma manipulação do texto bíblico. O patriarcado eclesiástico é o que ao longo dos séculos quer fazer com que as mulheres acreditem que exista um mandamento que converta em assassinas as que desejam abortar. Não é assim. Não há nenhum mandamento que diga: “Não abortarás”. Então, por que hoje, no século 21, é necessário falar sobre aborto e a Bíblia? Porque os fundamentalistas trapaceiam com a frase: “A Bíblia disse.” O que a Bíblia diz sobre o aborto? O patriarcado eclesiástico usa a Bíblia para continuar a subjugar as mulheres.

Vamos a um caso recente e deveras triste. Há exatamente um ano, o Brasil foi surpreendido com o caso da criança de 10 anos que engravidou depois de ser estuprada pelo tio. A menina, através de decisão judicial, conseguiu o direito de realizar um aborto, mesmo com a gestação avançada, devido à gravidade do quadro.

Pessoas de um movimento antiaborto, incluindo religiosos e parlamentares, fizeram uma manifestação em frente ao hospital onde a vítima estava internada, após a bolsonarista Sara Winter divulgar o nome da vítima e endereço do hospital. A coordenadora da unidade de saúde informou que um grupo de “fundamentalistas religiosos” foi até o local e chamou os médicos de assassinos.



Outro grupo de manifestantes, de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, foi ao local para impedir que os ativistas antiaborto invadissem o hospital. Em vídeos que circularam nas redes sociais, o grupo antiaborto aparentava ter cerca de 40 pessoas.

A criança chegou a Pernambuco no começo da tarde de domingo, 16 de agosto de 2020, acompanhada da avó e de uma assistente social do Espírito Santo, e seguiu direto para o centro médico. Os evangélicos estavam desde meio dia em frente à maternidade, esperando a criança chegar, não permitindo que as pessoas entrassem. Eles criaram uma confusão ao tentar entrar no hospital e xingaram a criança de "assassina".

Comandando o grupo, estavam os deputados estaduais Clarissa Tércio (PSC) e Joel da Harpa (PP), ambos da bancada evangélica. Os dois gravavam vídeos com os apoiadores e postavam em suas redes sociais. Já no fim da tarde, chegaram também o deputado estadual e pastor Clayton Collins (PP) e a vereadora do Recife Michele Collins (PP). "Eles já estavam aqui desde meio dia, ficaram sabendo por que o pessoal do Espírito Santo, da igreja, conseguiu a informação e passou. Ela estava no voo ainda"², conta Elisa Aníbal, advogada e integrante da organização Grupo Curumim. Além de evangélicos, um grupo católico contrário ao aborto também fez parte do protesto. A ex-deputada estadual Terezinha Nunes (PSDB) esteve no ato, chegando já no fim do dia.

O diretor do hospital teve que chamar o reforço policial para entrar na maternidade e garantir que os demais pacientes não fossem constrangidos pelo grupo religioso. "Eu mesmo fui impedido de entrar na maternidade [...] Nós trabalhamos atendendo a população pernambucana e nordestina há mais de 20 anos e nunca presenciei isso. Eu acho que o ódio e a intolerância estão sendo impulsionadas nesse momento que estamos vivendo de negacionismo, de fundamentalismo religioso"³, avalia o diretor.

Aborto legal no Brasil

No Brasil, o aborto é garantido por lei em três situações: gravidez decorrente de violência sexual, quando a gestação oferece risco de vida à mulher, ou quando o feto sofre de anencefalia (essa opção só foi possível depois de decisão do STF em 2012). A legislação brasileira que criminaliza o aborto é de 1940. No entanto, O Código Penal brasileiro, em dois incisos do artigo 128, prevê a não punição de médicos que realizem o aborto para salvar a vida da mulher e em casos de

² BRITTO, Débora. Parlamentares evangélicos atacam clínica para impedir aborto legal e expõem criança de 10 anos. *Marco Zero*, 16 ago. 2020, [s. p.]. Disponível em: <https://marcozero.org/parlamentares-evangelicos-atacam-clinica-para-impedir-aborto-legal-e-expoem-crianca-de-10-anos-vitima-de-violencia/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

³ BRITTO, 2020, [s. p.].



gestação decorrente de estupro, com solicitação e consentimento da mulher. Quando a mulher é menor de idade, deficiente mental ou incapaz, é necessária autorização de representante legal.

Cabe ressaltar que, no caso da menina de 10 anos, apesar de se enquadrar em pelo menos duas prerrogativas do aborto legal, a vítima não teve o direito garantido. A situação tomou proporção nacional depois que Damare Alves, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, defendeu a continuidade da gravidez em suas redes sociais.

Movimentos feministas e de defesa do aborto legal subiram a *hashtag* "#gravidez-aos-10-mata" para denunciar o impedimento que a criança estava sofrendo. O caso chegou ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que determinou, no sábado (15), a garantia do aborto legal e seguro, de acordo com a legislação. Apesar da determinação judicial, a equipe médica do estado se recusou a realizar o procedimento. Por isso, ela foi transferida para Pernambuco. Não apenas em relação ao aborto legal, mas diante dos índices de violência, estupro e mortes de mulheres, crianças e indígenas, os setores fundamentalistas se calam.

Aborto legal na Argentina

Desde 30 de dezembro de 2020, o aborto é legal na Argentina. A Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez n. 27.610 foi sancionada pelo Congresso Nacional em 30 de dezembro de 2020, e promulgada em janeiro de 2021. Estabelece o direito ao aborto em todos os casos até a décima quarta semana e mantém a validade do direito ao aborto em casos de estupro e risco para a vida ou saúde da mãe, sem limite de tempo.

Como dizemos na Argentina: não foi mágica! Esta lei é produto de trinta e quatro anos de Encontros Nacionais de Mulheres. Em 2004, no XIX Encontro Nacional de Mulheres em Mendoza, decidimos lançar a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal Seguro e Gratuito, com o lema "A educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar, aborto legal para não morrer"! A campanha elaborou um Projeto de Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez que foi apresentado à Câmara dos Deputados em 2007 e que, dada a falta de tratamento nas sessões anualmente, era reapresentado nos anos seguintes. Apenas em 2018, antes do avanço firme do feminismo com a "Maré Verde", o então presidente Mauricio Macri incluiu na agenda parlamentar o tratamento da lei do aborto no Congresso Nacional. Foi discutido em plenário, pela primeira vez na nossa história, mas embora a Câmara dos Deputados tenha votado a favor da descriminalização, o Senado rejeitou o projeto.

Mas as feministas da Argentina não desistiram. Nós continuamos lutando e nos organizando. Não foi mágica. Votamos em um governo nacional e popular. Em 10 de dezembro de 2019, quando Alberto Fernández assumiu como Presidente, prometeu que enviaria ao Congresso

um projeto de lei para legalizar o aborto. Apesar da pandemia, as feministas continuaram a batalha e não permitiram que Alberto Fernández não cumprisse a promessa.

Aquelas de nós feministas que são religiosas, sabem que o pior inimigo está dentro da própria igreja. As respostas das igrejas na Argentina foram muito diversas. Apesar do que tentam aparentar, não houve e nunca haverá apenas uma voz religiosa a respeito da descriminalização e da legalização do aborto.

Na Igreja Católica, a dissidência é muito marcante entre seus fiéis. “Nós, católicas, também fazemos abortos”, disse Marta Alanis, fundadora das Católicas pelo Direito de decidir da Argentina em sua apresentação ao Congresso Nacional em 10 de abril de 2018. Sua declaração foi o estopim para que muitas mulheres católicas começassem a expor as situações de aborto que realizaram por meio de vídeos e redes sociais. Apesar da igreja católica considerar o aborto um pecado que merece excomunhão automática, muitas narraram suas histórias. Membros de comunidades católicas de base expuseram sobre o drama do aborto nas comunidades de fé da igreja e denunciaram a contradição entre o desinteresse da hierarquia católica de realizar os julgamentos canônicos de padres pedófilos e a gana pelo controle dos corpos das mulheres e de suas decisões.

Nas audiências públicas ocorridas no Congresso, teólogas feministas, pastoras, pastores, bispos e ativistas dos direitos humanos de diferentes religiões e Mulheres cristãs explicaram com argumentos sólidos que não há razões bíblicas, teológicas ou pastorais para condenar uma mulher pela prática do aborto. As Mulheres católicas, protestantes e pentecostais na Argentina e em todos os países da América Latina abortam. Mas fazem clandestinamente porque o Estado não oferece saúde e segurança jurídica. E as religiões cristãs, organizadas em um sistema eclesiástico patriarcal, carregam as mulheres de culpa.

Pautadas nessa culpa bem conduzida ao longo de 2.000 anos de História Cristã, as Denominações evangélicas mais conservadoras e próximas do neoliberalismo econômico e de direita se agruparam na Aliança Cristã de Igrejas Evangélicas da República Argentina. Usam argumentos pseudocientíficos em suas exposições. Mencionaram biologia, direito, filosofia e antropologia para desenvolver seus argumentos contra o aborto. Transformaram a linguagem utilizada durante o processo de discussão sobre o aborto. Não falam mais do mal, do pecado ou da religião. Organizavam palestras e se referiam a princípios e valores. Denominações evangélicas passaram a se aliar à Igreja Católica da qual historicamente eram inimigas. Nessa união, que o teólogo Antônio Spadaro chama de “Ecumenismo do Ódio”, Fundamentalistas evangélicos e católicos se aliam para exercer influência religiosa na política em questões como o aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, educação religiosa nas escolas e contra o que eles chamam de “ideologia de gênero”.



A decisão da mulher de escolher sobre sua própria vida e seu próprio corpo é um direito. É um bem que nos pertence desde que nascemos, mas que nos foi negado sistematicamente por meio de diferentes instituições. Uma delas – sem dúvida a mais perversa porque age em nome de uma salvação e nos obriga a morrer, não importa como – é a igreja. Muitas mulheres morreram de abortos inseguros na Argentina e 1.532 mulheres ainda estão presas. Algumas delas por abortos espontâneos. Mas não estão presas por "aborto", mas por "homicídio qualificado por ligação". Esse dado é importante porque um dos argumentos dos legisladores que opõem ao aborto legal é que na Argentina não há mulheres presas por terem abortado. Não é verdade! Essas histórias estão registradas e vocês podem lê-las no livro "Dizem que eu tive um bebê", escrito pelas advogadas Lina Carrera e Natalia Saralegui.

Na Argentina, desde o primeiro debate sobre o aborto em 2018, nós, mulheres religiosas, formamos um grupo ecumênico chamado "Cristãos e cristãs pelo Direito de Decidir", lideradas pelas companheiras Católicas pelo Direito de Decidir. Nós somos as vozes religiosas dissidentes que apoiaram a sanção da lei pelo aborto legal e que somos a favor da vida. Em dois anos, conseguimos que as igrejas a que pertencemos se posicionassem a assinar publicamente a favor do aborto. Não foi possível fazer isso com a Igreja Católica. Porque o catolicismo tem um chefe. Esse chefe se chama Bergoglio. Bergoglio é argentino. O aborto é legal na Argentina!

A descriminalização e a legalização do aborto é um direito de justiça social que está bem longe dos interesses do patriarcado eclesiástico e heteronormativo. Por isso, vamos continuar clamando que em toda a América Latina, o direito de decidir, a liberdade de consciência que Jesus defendeu contra o Império da sua época, a autonomia de nossos corpos como território sagrado e a vida digna em sua plenitude. Não haverá mais monstros da lagoa que nos impeçam de alcançá-los se estivermos juntas.

Fundamentalismos religiosos no Brasil e seus impactos nos direitos das mulheres

A cena daqueles homens e mulheres, fanáticos conservadores, evidencia que o fundamentalismo não é uma ideologia ou um discurso moral: é uma força política, econômica, cultural e religiosa com práticas de violência e discursos de ódio e crueldade que questionam a própria condição humana. Evidenciam a perversidade de um grupo político que manipula e usa da fé para disseminar ações institucionalizadas e discursos de ódio que sustentam o sistema patriarcal, capitalista e racista.

O fundamentalismo é uma ideologia profundamente conservadora. É uma força econômica e política organizada (em instituições religiosas, grandes conglomerados de comunicação, partidos políticos, grupos auto-organizados...) e cada vez mais consolidada nos poderes do Estado (executivo e legislativo, sobretudo) e nos territórios, em associação com outros poderes. E o

fundamentalismo se traduz na prática concreta, na palavra e no gesto violento dos(as) fundamentalistas, eles mesmos, contra grupos, corpos, territórios materiais e imateriais de povos, e valores éticos e emancipatórios e os grupos que os professam. Nega a pluralidade e a diversidade e ameaça a vida democrática.

O fundamentalismo tem alcançado diferentes esferas da vida social não só no Brasil, mas como uma ideologia aliada à ultradireita conservadora e neoliberal em todo o mundo. Neste caso que repercutiu aqui no Brasil e no exterior, além de fiéis conservadores, a ação violenta foi fortemente estimulada por políticos pentecostais, como os deputados estaduais de Pernambuco Joel da Harpa (PP), Clarissa Tércio (PSC), o pastor Clayton Collins (PP) e a vereadora do Recife, Michele Collins (PP). Todos usaram e abusaram da fé para alçar cargos públicos em casas legislativas, formando a conhecida bancada da bíblia, cujo projeto se vincula com as bancadas da bala e do agronegócio.

Assim como uma organização criminosa, a força fundamentalista tem uma articulação profunda, não se expressando apenas pelo seu viés religioso, mas é nele onde a esfera da opressão patriarcal mais se consolida. São com dogmas religiosos que seus agentes defendem a criminalização, a submissão e o sacrifício das mulheres em nome de Deus, para controlar nossos corpos e nossa força de trabalho. O fundamentalismo está presente na imaterialidade e na materialidade de nossas vidas e representa um projeto de morte à vida de meninas, mulheres, crianças, comunidades tradicionais de terreiro, pessoas LGBTQIA+ e nas experiências daquelas e daqueles que pensam outros projetos de mundo. Uma violência que se justifica a partir de pressupostos bíblicos universais. Contudo, o fundamentalismo em seu viés religioso é apenas uma das frentes em que esta ideologia atua.

O fundamentalismo representa um poder fortemente organizado, com doutrinas estratégicas, a exemplo da teologia da prosperidade, que prega um individualismo capitalista, profundamente patriarcal e racista, com a ideia de que toda a riqueza é reservada aos fiéis por Deus. Estão impregnados também nas instituições públicas, que garantem a estabilidade deste poder.

As estratégias, baseadas em um discurso divino de “salvação”, têm sido comuns e em muitas vezes, impostas através de ações violentas, como no caso da criança de 10 anos. O fundamentalismo tem ganhado espaço na mídia hegemônica com seus grandes conglomerados de comunicação e vem atuando sistematicamente para controlar os corpos e vidas das mulheres e meninas, para criminalizar comunidades desassistidas pelo Estado, para atacar a diversidade de pensamento e de modos de existir no mundo.



Enfrentamento aos fundamentalismos por organizações baseadas na fé

O enfrentamento aos fundamentalismos é uma necessidade urgente de levar adiante uma batalha ética contra os desvalores, contra o irracionalismo, contra o negacionismo, contra o racismo, contra a misoginia, contra a trans lesbofobia e contra todo e qualquer tipo de violência à mulher.

Diante da ascensão autoritária no Brasil e em outros governos da América Latina, diferentes entidades e organizações lançaram em agosto de 2020 a campanha “Tire os Fundamentalismos do Caminho Pela Vida das Mulheres”. A campanha é fruto de uma articulação entre organizações feministas, organizações religiosas de diferentes matrizes e cooperação ecumênica frente ao avanço dos fundamentalismos em ameaça aos direitos, à democracia e a vida das mulheres.

As organizações que lançaram a campanha são a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Brot für die Welt (Pão para o Mundo); Centro de Estudos Bíblicos – CEBI; Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC); Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG); Fórum Ecumênico; Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Fundação Rosa Luxemburgo; Instituto PACS – Políticas Alternativas para Cone Sul; Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco; Red de Teólogas, Pastoras, Activistas e Lideresas Cristianas (TEPALI); Projeto Imigrantes e Refugiados/as: Desafios da Casa Comum; e SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia.

Para fazer o contraponto e levar para a sociedade o debate de como é nociva a ação do fundamentalismo, a campanha firmou uma aliança histórica entre entidades e movimentos feministas, de luta por liberdade e pela democracia, para mostrar os riscos do projeto de morte desta ideologia para a vida de meninas e mulheres, que temos nossos corpos usados como plataforma política por estes setores. Para eles, os fundamentalistas, nossas experiências não importam. Seu discurso tem como fundamento a ideia de que a vida de nós mulheres não tem valor: só valem quando sacrificadas, o que é a medida mesma do seu desvalor.

A denúncia que a aliança de organizações feministas, entidades baseadas na fé de matriz cristã, afro-brasileiras e indígenas apresenta é a de que o fundamentalismo possui diferentes características de atuação, mas, seja na política, na economia ou na religião, a ideologia também é expressão do patriarcado, do racismo e da opressão de classe, que conformam as relações sociais. Para Romi Bencke, teóloga, pastora luterana do movimento ecumênico e atual secretária-geral Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), a campanha, além de denunciar os avanços do fundamentalismo na sociedade e os riscos para a vida das mulheres, convoca cristãos e cristãs para a autocrítica e para o enfrentamento ao uso da fé cristã por um projeto de sociedade que constrói uma cultura de morte.



Fundamentalismos religiosos e as violências contra as mulheres

Os contextos e cenários das violências contra as mulheres desafiam a sociedade e as igrejas a não se calar diante do silenciamento e invisibilização das mulheres e das violências por elas sofridas. De modo geral, as igrejas têm não apenas se omitido sobre as violações contra as mulheres no mundo, mas também perpetrado estas mesmas violências, pois, continuam a fomentar as desigualdades entre homens e mulheres teologicamente e em suas formas de ser Igreja. É preciso assumir este ato profético de justiça às mulheres como um dos caminhos que deve ser trilhado em todas as comunidades religiosas. E na sociedade, especialmente quando políticas e campanhas de movimentos sociais e feministas de que nenhuma mulher sofra violência em qualquer espaço social vem sendo tão difamado. É, portanto, inadmissível o pecado de omissão diante de tantos casos de violência vividos pelas mulheres e que não são contados. As comunidades continuam a desconsiderar os direitos das mulheres, reafirmando suas existências através de invisibilizações e silenciamentos.

Relatos das violências perpetuadas pelos fundamentalismos em mulheres cristãs evangélicas – para debate coletivo e discussão⁴

Regina, 45, anos, professora: “[...] Nos cultos eles também ensinavam que namoro não é para ser longo, e que você só deve namorar se estiver pensando em se casar com aquela pessoa, e, uma vez casados, casados para sempre. É isso [...] Tinha até um pastor que provava por A mais B que namoro não era bíblico – na Bíblia você não vê ninguém namorando, ele dizia. Antes de nos casarmos, Cláudio me tratava bem, levava presente, era gentil. Depois, ele mudou. Queria ser o senhor da casa, controlar tudo. Mandar na minha roupa, nos meus horários, saber com quem estava falando, onde eu tinha ido. Uma vez chegou do trabalho e colocou a mão em cima da tevê para ver se estava quente. ‘Ficou na televisão o dia todo?’ Eu não acreditei [...] Na maioria dos lares evangélicos que eu conheço é essa a configuração – o marido manda. Na Bíblia, o contexto de época era esse, de sociedades patriarcais, e em muitas igrejas, como a que frequentávamos, ainda é assim. O homem é o cabeça. Um corpo sem cabeça é um corpo sem vida [...] Durante trinta anos eu aprendi isso, trinta anos. Está no livro de Efésios. Eles nunca ensinavam o texto inteiro. Só esta parte: “Mulheres, sejam submissas a seus maridos.” É a frase mais cruel que tem na Bíblia. Eles ensinam de um jeito torto, não levam em conta o contexto histórico, as tradições, a cultura. Nas sociedades patriarcais, isso é muito reforçado. Passei todos esses anos ouvindo que se você não for submissa, quem perde é você, porque a submissão é um jeito que Deus encontrou para proteger a mulher. Portanto, quem vai prestar contas a Deus é você, se não obedecer. Quem está pecando é você.”

Marta, 50 anos, educadora, dois filhos adolescentes: “[...] A violência era velada. Uma vez prendeu minha mão na porta do carro. Disse que foi sem querer, mas sei que não foi. Ficava nervoso e jogava objetos pesados em mim, gritando – sai da minha frente! Do nada, ele surtava [...] cansada, fui me aconselhar com a mulher do pastor da nossa igreja, desabafar. Foi pior. Ela me ouviu e, no final, apenas me disse: ‘Filha, é assim mesmo, os homens sofrem muita pressão, vamos orar’. Soube que o pastor comentou: ‘Se apanhou, deve ter merecido’ [...] Eu refletia sobre tudo o que já havíamos passado, uma história feita de tantas violências. Mas quando pensava em me separar, imaginava o escândalo que causaria na igreja, e desistia. Tinha também a questão financeira – apesar de tudo ele era o provedor. Esposas de pastor, embora trabalhem muito na igreja, não costumam receber por isso. É trabalho voluntário [...] Namoramos boa parte

⁴ Os relatos apresentados a seguir constam no livro: CÉSAR, Marília de Camargo. *O grito de Eva*. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021.



do tempo por correspondência – eu morava em Vitória, ele em São Paulo. Acho que nos vimos, durante o namoro, umas três vezes, uma delas, quando ele foi em casa para conhecer minha família. Em pouco mais de um ano, ficamos noivos e nos casamos. Ele era bem mais velho, tinha 34 e eu 21. Eu pensava – ele é pastor, missionário, o que pode dar errado? [...] Quando comecei a ganhar um dinheirinho, o diretor da associação me mandou parar. Ele me viu vendendo meus fantoches durante um evento, me chamou de lado e me repreendeu. Disse que era falta de fé [...] Eu me desliguei da missão há mais de dez anos, mas ainda guardo ressentimento. São machistas. Quer dizer, não sei se ainda são assim. Mas creio que muitos de nossos problemas como casal também tiveram a ver com a forma com que nos tratavam [...] Um pastor conhecido tentou nos reaproximar. Falou com Saulo, convenceu-o a voltar para casa, fazer um aconselhamento conjugal. Quando nos reunimos, o pastor começou a falar e falar, coisas que eu já tinha ouvido tantas vezes. Disse que o casamento era uma aliança diante de Deus, e que era pecado romper esse compromisso. As crianças nunca seriam felizes vendo os pais separados. Nós precisávamos exercer o perdão, dialogar, buscar reconciliação. Ele falava, nós ouvíamos tudo calados, mas no fundo meu desejo era sair correndo [...] Fiquei doente – tive nevralgia do trigêmeo, não conseguia comer, falar, fui internada, tomava morfina, penso que tudo tinha fundo emocional. Quando ia conversar com o pastor, era sempre a mesma conversa, vamos orar, vamos orar. ‘A mulher ganha o marido pelo bom procedimento.’ Em casa, as surras nos meninos continuavam, eu pedia a Deus para me livrar daquilo, pedia para morrer, mas daí me arrependia, porque pensava nos meus filhos. Já não adiantava contar para ninguém o que eu passava, as pessoas só me mandavam orar mais, jejuar, me humilhar diante do Senhor [...] Certo dia, parece que Deus se lembrou de mim. Soube de um projeto que levaria missionários para passar um mês na África, para trabalho voluntário. Eu me candidatei e fui aceita. Pela primeira vez, tive a oportunidade de estar sozinha, distante da minha realidade habitual, num ambiente totalmente novo e inspirador. Foi durante esta viagem que tive o encontro mais importante da minha vida – encontrei-me comigo mesma. Acredito que a experiência também aguçou meus sentidos, me tornei mais atenta à voz de Deus. Numa manhã quente, no interior do Senegal, ouvi essa voz doce me sussurrar: – Minha filha, eu te liberto desse jugo, fica em paz. Na volta para casa, ouvi de meus filhos que passar um mês sozinhos com o pai fora muito difícil. Mãe, ele nos bateu muito. Tinha dias que nem comida tinha. Então eu disse – basta. Quando o diretor da missão soube que eu estava para entrar com pedido de separação, veio me perguntar: ‘Que loucura é essa?’ ‘Você não conhece direito a minha vida’, eu disse a ele. ‘São 18 anos de sofrimento. Não aguento mais’. Sua resposta me deixou de queixo caído. ‘Mas aí você quebra minhas pernas. Como vou explicar dois obreiros se separando? Quem aguentou 18 anos aguenta mais um pouco’. Você acredita?”

Teologia Feminista como resposta aos fundamentalismos

A Teologia Feminista nasce inspirada pelo movimento feminista, ou seja, nasce do momento em que algumas mulheres interessadas pelo feminismo e militando na causa feminista percebem o quanto as religiões – especialmente as de corte monoteísta como o cristianismo, islamismo e judaísmo – fundamentam uma opressão das mulheres, um controle dos corpos femininos.

O que a Teologia Feminista faz é mostrar que aquilo que a Teologia oficial, digamos patriarcal, chama de Deus, de Ordem, de Natureza, são construções e construções que são marcadas por poderes. Um poder de homens sobre homens, mas um poder de homens sobre mulheres. Também poderes de raças, por exemplo, etnias brancas contra negras. A religião, por sua vez, dá todo um suporte, digamos, teórico, metafísico, transcendental, para a manutenção de uma ordem injusta.



A Teologia Feminista é importante porque ela desconstrói essa masculinidade do divino e essa ordem essencializada, de que tem que ser assim, a ordem da sexualidade, da maternidade. Ela desconstrói os modelos estabelecidos como modelos próprios da natureza ou modelos queridos por Deus. Evidentemente, essa Teologia não é do agrado da política atual, nem mesmo das religiões marcadas pelo patriarcalismo.

Na Teologia Feminista o foco é muito mais nas relações éticas, em vez de ficar o tempo todo falando que Jesus é a segunda pessoa da trindade, o filho de Deus, “está sentado à direita de Deus Pai todo poderoso”. Ou seja, “eu tive fome e me deste de comer, eu tive sede e me deste de beber”. Isso é uma relação ética. “Eu estava nu, você me cobriu. Eu estava com fome, você partilhou seu pão, eu estava sem casa, você me hospedou”. O que nós fazemos é em vez de relacionar ao aspecto mágico, próprio muitas vezes da religião, que tem seu valor, o aspecto mítico, mas nós reinterpretemos à luz de relações éticas, solidárias, que ajudam as construções das relações humanas.

A Teologia Feminista atualmente ainda enfrenta algumas barreiras em suas pautas, diferentes daquelas no início de sua ascensão no Brasil, com teólogas como Ivone Gebara nos anos 1980. Nesta época, não se percebia nem muito menos se criticava que os ditadores da América Latina precisavam da imagem de um Deus todo poderoso, assim como já faziam as teólogas alemãs como Dorothe Solle em alusão aos líderes nazistas. Por isso, na América Latina, começamos a perceber que esse esquema de autoridade que se reproduzia de muitas formas, às vezes menos drásticas, mas se reproduzia no controle dos nossos corpos. Algumas pessoas não gostam de Teologia Feminista porque a gente não situa o poder lá em cima. A gente diz assim: o poder está aqui!

Consideramos, portanto, fundamental a importância do contraponto às teologias patriarcais por conta de seus efeitos no campo da política e dos direitos das mulheres. Especialmente, ressaltamos a necessidade de, num país de maioria cristã, dialogar com as pessoas e grupos de diferentes movimentos e lugares sociais para a construção de estratégias de incidência dessas questões urgentes para a vida das mulheres de forma mais eficaz. Ora, sobretudo em tempos pandêmicos, é urgente alimentar a esperança e a utopia que nos move como feministas: efetivar a igualdade de gênero e a justiça, o bem viver e a cidadania plena a todas as mulheres.

Considerações finais

Segundo a literatura especializada⁵ há um consenso que as religiões cristãs foram alicerçadas, em espaços e tempos históricos diversos, em bases culturais patriarcais que

⁵ ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero: uma questão incômoda para as religiões. In: SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro dos (Orgs.). *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Editora Prismas, 2014. p. 129-147.; GEBARA, Ivone. *Mulheres, Religião e Poder: ensaios*



estabeleceram as diferenças biológicas dos sexos forjada como instauradora “natural” de papéis e lugares assimétricos para homens e mulheres nas sociedades. As concepções religiosas e estereótipos de gênero como compreensão biológica e unidimensional ainda hoje é transmitido na socialização dos indivíduos de forma monolítica. O discurso antigênero é reproduzido e reificado em escolas, nas igrejas, políticas públicas e disciplina como as pessoas organizam os repertórios de gênero.

Balizados por essa hermenêutica teológica da desigualdade, a ampla maioria das comunidades de fé cristãs (mas não todas) tem se recusado a discutir pautas refletidas e demandadas pelos movimentos feministas, uma vez que a igualdade de gênero tem sido entendida como avessa ao fundamento bíblico e aos valores religiosos, ou seja, neste contexto de conservadorismo religioso e desmobilização da democracia no país e América Latina, os movimentos minoritários são encarados na esfera pública como “bode expiatório”⁶ quando o léxico antigênero provoca ainda mais a misoginia estrutural de nossa sociedade e, conseqüentemente, as violências de gênero e as legitimações das desigualdades de gênero.

Por isso, têm se considerado que esses grupos cristãos fazem parte da coalizão neoconservadora alinhada à perspectiva estadunidense, formulada na década de 70, como resposta à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Para Mariana Lacerda⁷, esse neoconservadorismo político tem articulado uma agenda de direita cristã capilarizada em amplo espectro partidário, centrada nas questões reprodutivas e na defesa da família tradicional e dos valores morais da sociedade. Ao mesmo tempo, as políticas públicas de direitos humanos no Brasil passaram a se guiar pela ideia de “vínculos familiares” capazes de reafirmar a “repartição rígida de critérios por sexo sem outras variações de gênero, sexualidade, orientação sexual”⁸.

Desta forma, esses setores cristãos têm atuado em reação aos movimentos feministas e de mulheres, ao movimento LGBTQIA+, aos movimentos sociais de esquerda pautando o punitivismo, o “militarismo anticomunista”, a defesa do Estado de Israel e o neoliberalismo como meio para solucionar os problemas sociais do país. Nesse sentido, utilizam das pesquisas acadêmicas de gênero para distorcer e criar suas próprias verdades atuando no sentido de rechaçar e minar quaisquer perspectivas de diálogos e de implementação de novos direitos para as mulheres,

feministas. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.; MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 47, p. 5-40, 2016.

⁶ ULRICH, Claudete B. A dessacralização da violência contra as mulheres no altar do patriarcado: reflexões a partir dos conceitos desejo mimético e bode expiatório em René Girard. *REFLEXUS*, Vitória, v. 12, n. 1, p. 15-38, 2018.

⁷ LACERDA, Mariana Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

⁸ CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, PR, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020, p. 98.

e, portanto, atuam contra o reconhecimento jurídico nacional e internacional da cidadania das mulheres e demais grupos feminizados em igualdade à dos homens.

Diante dessa conjuntura, torna-se essencial a ação de comunidades de fé em prol da igualdade de gênero e contra os fundamentalismos religiosos que constroem subjetividades e direitos, pois, esses elaboram e difundem uma teologia política de base conservadora que instrumentaliza também princípios jurídicos e valores democráticos para legitimar a primazia de uma verdade religiosa como culturalmente parte da Nação e assim fomentar diferentes formas de violência e discriminações contra as mulheres e demais minorias. Assim, em nome de uma teologia que sacrifica milhares de pessoas em nome de um Deus único, colonial, patriarcal e opressor, os fundamentalismos são de caráter polarizador e separatista, que nega o diálogo, a democracia e estabelece um pensamento único que visa direcionar as ações não apenas no campo religioso, mas no espaço público e das políticas públicas⁹.

Referências

BRITTO, Débora. Parlamentares evangélicos atacam clínica para impedir aborto legal e expõem criança de 10 anos. *Marco Zero*, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/parlamentares-evangelicos-atacam-clinica-para-impedir-aborto-legal-e-expoem-crianca-de-10-anos-vitima-de-violencia/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, PR, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.

CÉSAR, Marília de Camargo. *O grito de Eva*. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2021.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020.

GEBARA, Ivone. *Mulheres, Religião e Poder: ensaios feministas*. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

LACERDA, Mariana Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 47, p. 5-40, 2016.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero: uma questão incômoda para as religiões. In: SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro dos (Orgs.). *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Editora Prismas, 2014. p. 129-147.

⁹ CUNHA, Magali do Nascimento. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020.



SPADARO, Antonio; FIGUEROA, Marcelo. Evangelical fundamentalism and catholic integralism: a surprising ecumenism. *La Civiltà Cattolica*, 13 jul. 2017. Disponível em: <http://www.laciviltacattolica.it/articolo/evangelical-fundamentalism-and-catholic-integralism-in-the-usa-a-surprising-ecumenism/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ULRICH, Claudete B. A dessacralização da violência contra as mulheres no altar do patriarcado: reflexões a partir dos conceitos desejo mimético e bode expiatório em René Girard. *REFLEXUS*, Vitória, v. 12, n. 1, p. 15-38, 2018.